

**EDITAL DE CONCESSÃO  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL N° [●]/202[●]**

**Sistema Rodoviário do Estado do Pará (PA)**

**CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE RECUPERAÇÃO, DE OPERAÇÃO, DE MANUTENÇÃO, DE MONITORAÇÃO, DE CONSERVAÇÃO, DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS, DE AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE, DE GESTÃO DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA E MANUTENÇÃO DO NÍVEL DE SERVIÇO DE TRECHOS DE RODOVIAS NO ESTADO DO PARÁ: PA 150, Trecho: Morada Nova – Goianésia do Pará - Entr. PA 475/256 com extensão 333,00 km; PA 475, Trecho: Entr PA 150/256 – Entr. PA 252 com extensão 41,60 km; PA 252, Trecho: Entr. PA 475 – Entr. PA 151/252 com extensão 41,40 km; PA 151, Trecho Entr. PA 252 – Entr PA 483/Alça Viária com 21,50 km; PA 483, Trecho: Acesso Área Portuária Vila do Conde (Barcarena) - Entr. PA 151/ Alça Viária com extensão 18,60 km; Alça Viária Sul de Belém, Entr. PA 151/483 – Entr. BR 316/010 com extensão 69,40 km.**

## MINUTA DE EDITAL

---

### ÍNDICE

PARTE I – PREÂMBULO .....	4
PARTE II – DEFINIÇÕES.....	6
PARTE III – DO OBJETO .....	7
1 Objeto do Edital.....	7
PARTE IV - ACESSO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA RODOVIÁRIO E SOBRE A LICITAÇÃO.....	10
2 Acessos e Consultas ao Edital e às Informações.....	10
3 Pedidos de Esclarecimentos.....	14
4 Impugnações ao Edital .....	15
PARTE V – DISPOSIÇÕES GERAIS .....	17
5 Vigência e prazo.....	17
6 Critério de julgamento – Outorga Fixa Devida .....	17
7 Receita Tarifária e Receitas Acessórias .....	18
PARTE VI – DO REGULAMENTO DA LICITAÇÃO .....	20
8 Condições de Participação .....	20
9 Forma de Apresentação da Documentação.....	26
10 Garantia da Proposta.....	31
11 Representantes das Licitantes e Declarações.....	36
12 Verificador Independente.....	39
13 Propostas de Preço .....	40
14 Documentos de Qualificação .....	42
15 Comissão de Licitação.....	54
16 Recebimento dos Envelopes e Sessão Pública do Leilão .....	56
17 Análise dos Documentos de Qualificação .....	60
18 Recursos Administrativos.....	61
19 Homologação, Adjudicação e Assinatura do Contrato.....	62

## MINUTA DE EDITAL

---

20	Disposições Finais.....	69
21	Foro.....	70

## MINUTA DE EDITAL

---

### PARTE I – PREÂMBULO

O **Estado do Pará**, por meio da **Secretaria de Estado de Transportes – SETRAN**, torna público, por meio do presente Edital de Concessão nº [●]/202[●], as condições da desestatização, na modalidade de **Concorrência Internacional**, com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa visando à celebração de **Contrato de Concessão** de serviço público para a exploração da **Concessão**.

A presente desestatização será regida pelas regras previstas neste **Edital** e nos seus **Anexos**, bem como pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei Estadual nº 9.210/2021 e; subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas vigentes sobre a matéria.

A proposta de **Concessão** foi autorizada por meio do Decreto Estadual [●] , publicado no Diário Oficial do Estado no Pará no dia [●], edição [●].

Foi realizada **Audiência Pública**, em atendimento ao disposto no art. 39 da Lei nº 8.666/1993, com sessões no dia [●] e [●], audiências essas informadas ao público por meio de publicação no **Diário Oficial do Estado do Pará** e em jornais de grande circulação, no dia [●] de [●] de 2022.

A minuta de **Edital**, **Contrato**, e demais **Anexos** foram submetidos à **Consulta Pública**, tendo ficado disponíveis para acesso durante o período de [●] até [●] e [●], no sítio eletrônico [●].

O critério de julgamento da proposta mais vantajosa será o critério de **maior valor da Outorga Fixa**, nos termos do art. 15, inciso II, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

As propostas e demais documentos necessários à participação na **Licitação** serão

## MINUTA DE EDITAL

---

recebidos entre as [●]:00 horas e [●]:00 horas do dia [●] de [●] de 202[●]. A abertura das propostas será realizada em **Sessão Pública do Leilão** a iniciar-se em [●] de [●] de 202[●], às [●]:00 horas, na sede da **B3 S.A.**, no endereço Rua XV de Novembro, 275, Centro, São Paulo/SP.

O **Edital** da presente desestatização, seus **Anexos**, bem como todas as informações, estudos e projetos disponíveis sobre o **Sistema Rodoviário** poderão ser obtidos no **Sítio do Poder Concedente**, [●], incidindo sobre a disponibilização destas informações e estudos as regras previstas para tanto neste **Edital**.

O **Licitante** é responsável pela realização dos seus estudos e levantamentos, sendo referenciais os estudos de engenharia e econômico-financeiro elaborados pelo **Poder Concedente**.

## MINUTA DE EDITAL

---

### PARTE II – DEFINIÇÕES

Para os fins do presente **Edital**, salvo disposição expressa em contrário, os termos, as frases e as expressões redigidos em destaque ou com inicial em maiúscula, quando utilizados neste **Edital** e nos respectivos **Anexos**, sem prejuízo de outras definições, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com o significado atribuído no **Anexo [•] – Glossário**.

Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação, as definições do **Edital** serão igualmente aplicadas em suas formas singular e plural.

## MINUTA DE EDITAL

---

### PARTE III – DO OBJETO

#### 1 Objeto do Edital

1.1 A finalidade da presente **Licitação** é a seleção da proposta mais vantajosa, a partir dos critérios estabelecidos no **Edital**, para a **Concessão** da exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade, gestão da segurança rodoviária e manutenção do nível de serviço do **Sistema Rodoviário**, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas na **Minuta do Contrato** e nos **Anexos** do **Edital** e do **Contrato**.

1.2 O objeto da **Licitação** é a outorga da **Concessão** do **Sistema Rodoviário** composto pela: PA 150, Trecho: Morada Nova – Goianésia do Pará - Entr. PA 475/256 com extensão 333,00 km; PA 475, Trecho: Entr. PA 150/256 – Entr. PA 252 com extensão 41,60 km; PA 252, Trecho: Entr. PA 475 – Entr. PA 151/252 com extensão 41,40 km; PA 151, Trecho Entr. PA 252 – Entr. PA 483/Alça Viária com 21,50 km; PA 483, Trecho: Acesso Área Portuária Vila do Conde (Barcarena) - Entr. PA 151/ Alça Viária com extensão 18,60 km; Alça Viária Sul de Belém, Entr. PA 151/483 – Entr. BR 316/010 com extensão 69,40 km, descrito no **Anexo [●]** do **Edital**.

1.3 O objeto da **Licitação** abrange:

1.3.1. A elaboração dos projetos necessários, a obtenção das aprovações e das **Licenças**, assim como a realização das obras e investimentos para viabilização da exploração do **Sistema Rodoviário**, tudo nos termos do **Contrato** e seus

## MINUTA DE EDITAL

---

**Anexos**, as quais deverão ser detalhadas no **Plano De Negócios**, que deverá ser elaborado pelo **Licitante Vencedor** com base no regramento estabelecido no **Contrato**, e especialmente, no **Anexo [●]**;

- 1.3.2. A execução, gestão e fiscalização dos **Serviços Públicos Delegados**, a serem prestados obrigatória e ininterruptamente pela **Concessionária** durante todo o prazo da **Concessão**, consistentes nas funções de trabalhos iniciais, recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade, gestão da segurança rodoviária e manutenção do nível de serviço dos trechos do Sistema Rodoviário, descritos no **Contrato** e seus **Anexos**;
- 1.3.3. O apoio na execução dos **Serviços Não Delegados**, de competência exclusiva do **Poder Concedente**, não compreendidos no objeto da **Concessão**, nos termos do **Contrato** e do presente **Edital**;
- 1.3.4. A gestão e a fiscalização dos **Serviços Complementares**, considerados convenientes, mas não essenciais, para manter o **Serviço Adequado** em todo o trecho concedido, a serem prestados diretamente pela **Concessionária** ou por terceiros por ela contratados;
- 1.3.5. A obtenção, a aplicação e a gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto da **Concessão**;
- 1.3.6. O fornecimento dos bens necessários à prestação dos serviços objeto da **Concessão**;
- 1.3.7. A manutenção preventiva e corretiva dos bens integrantes da **Concessão**, inclusive a faixa de domínio, de modo a mantê-los em plena operação e capacidade para o cumprimento das

## MINUTA DE EDITAL

---

disposições do **Contrato de Concessão**.

- 1.4** As especificações dos objetos acima referidas estão detalhadas no **Contrato** e respectivos **Anexos**.
- 1.5** O valor estimado do **Contrato** é de R\$ 6.148.008.814,01 (seis bilhões, cento e quarenta e oito milhões, oito mil, oitocentos e catorze reais e um centavo), na data base de julho de 2021, correspondente ao valor do somatório dos investimentos, o que inclui a **Outorga Fixa**, para todo o prazo da **Concessão**.
- 1.5.1** O valor estimado do **Contrato** é meramente referencial, não podendo ser invocado pelo **Licitante** para quaisquer fins, tampouco pela **Concessionária** para embasar pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 1.6** Todos os valores presentes no **Edital** e seus **Anexos** estão na data base de julho de 2021.

## MINUTA DE EDITAL

---

### PARTE IV - ACESSO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA RODOVIÁRIO E SOBRE A LICITAÇÃO

#### 2 Acessos e Consultas ao Edital e às Informações

- 2.1 O **Edital** e seus **Anexos** poderão ser obtidos no **Sítio** do **Poder Concedente**, **[●]**, incidindo sobre a disponibilização destas informações as regras previstas para tanto neste **Edital**.
- 2.2 A disponibilização de estudos, projetos e/ou outros documentos técnicos referentes ao **Sistema Rodoviário** será realizada no **Sítio** do **Poder Concedente**, **[●]**, ou mediante requerimento formulado à **Comissão de Licitação**, por meio do endereço eletrônico: **[●]**, sem prejuízo da edição de diretrizes de acesso complementares a serem editadas pelo **Poder Concedente**.
- 2.3 O **Poder Concedente** não se responsabilizará pelo **Edital** ou seus **Anexos** ou demais informações e estudos disponíveis sobre o **Sistema Rodoviário** que tenham sido obtidos ou conhecidos de forma ou em local diverso do especificado neste **Edital**.
- 2.4 A obtenção do **Edital** ou a comprovação de tal obtenção não serão condição para participação na **Licitação**, sendo imprescindível para tanto o conhecimento e aceitação, pelo **Licitante**, de todos os seus termos e condições.
- 2.5 Os **Licitantes** são responsáveis pela análise direta das condições do **Sistema Rodoviário** e de todos os dados e informações sobre a exploração da **Concessão**.

2.5.1 As informações, estudos, pesquisas, investigações,

## MINUTA DE EDITAL

---

levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados ao **Sistema Rodoviário** e à sua exploração, disponibilizados pelo **Poder Concedente**, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da **Concessão**, não apresentando, perante os potenciais **Licitantes**, qualquer caráter vinculativo ou qualquer efeito do ponto de vista da responsabilidade do **Poder Concedente** perante os **Licitantes** ou perante a futura **Concessionária**.

- 2.6** Os interessados são responsáveis pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à **Licitação** e à **Concessão**, bem como pela análise direta das condições do **Sistema Rodoviário** e de todos os dados e informações sobre a exploração da **Concessão**.
- 2.7** Os **Licitantes** arcarão com seus respectivos custos e despesas que incorrerem para a realização de estudos, investigações, levantamentos, projetos e investimentos, relacionados à **Licitação** ou ao processo de contratação.
- 2.8** Observado o disposto nos itens 2.5 a 2.7, as **Licitantes** poderão vistoriar o **Sistema Rodoviário** objeto da licitação, em visitas técnicas previamente agendadas junto ao **Poder Concedente/Comissão Especial de Licitação**.
- 2.8.1** As visitas técnicas deverão ser realizadas após a data de publicação deste **Edital** até a data estabelecida no cronograma para o recebimento da documentação prevista no item 6.1.
- 2.8.2** Os interessados que pretenderem realizar **Visita Técnica** destinada à verificação in loco das condições, natureza e mensuração dos materiais e equipamentos necessários à

## MINUTA DE EDITAL

---

execução do **Contrato de Concessão** deverão encaminhar, até o dia [•] de [•] de [•], correspondência eletrônica ao e-mail [•], com título “visita técnica Rodovia Pará”, com documento anexo, em formato PDF, contendo a indicação e qualificação dos representantes da empresa interessada para a realização da visita. Deverá também ser disponibilizado ao **Poder Concedente** cópia do documento comprobatório da relação de representação entre a empresa e o representante designado para participar da **Visita Técnica**.

- 2.8.3** A relação de representação permanecerá sigilosa até a data para recebimento dos envelopes.
- 2.8.4** Recebida a correspondência eletrônica pelo **Poder Concedente** e preenchidos os requisitos necessários indicados neste Edital, será encaminhado e-mail ao interessado para agendamento de data e horário da **Visita Técnica**, que deverá ser acompanhada por membros da **ARCON** e/ou **Poder Concedente**.
- 2.8.5** Independentemente de realização da **Visita Técnica**, a interessada declara conhecer as condições do **Sistema Rodoviário** e ter integral condição de fazer os levantamentos necessários para embasamento de sua **Proposta de Preço**.
- 2.8.6** A **Visita Técnica** tem como objetivo exclusivo o de permitir, aos interessados, a obtenção dos subsídios técnicos que julgarem convenientes, de maneira que não caberá nenhuma responsabilidade à **ARCON** ou ao **Poder Concedente** em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.
- 2.8.7** Os **Licitantes** não poderão alegar desconhecimento das condições técnicas do **Sistema Rodoviário**, objeto da presente **Concessão**, justificar eventuais prejuízos, desconformidades,

## MINUTA DE EDITAL

---

dificuldades de execução ou pedidos de indenização de qualquer natureza.

**2.8.8** Competirá a cada interessado, quando da **Visita Técnica**, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações que julgar necessárias, não sendo admitida a exigência de qualquer informação adicional por parte da **ARCON** e/ou **Poder Concedente**. Quaisquer esclarecimentos deverão ser requeridos por escrito pelos interessados ou **Licitantes**, na forma e no prazo estabelecidos no item 3 do **Edital**.

**2.8.9** A realização de visita técnica não constitui condição para a participação na presente **Licitação**.

**2.9** A documentação fornecida pelo **Poder Concedente** exclusivamente às **Licitantes** não poderá ser reproduzida, divulgada ou utilizada, de forma total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos no **Edital**.

**2.10** No caso de divergência entre as versões em português e inglês dos documentos relacionados à **Concessão**, prevalecerá a versão em português.

## MINUTA DE EDITAL

---

### 3 Pedidos de Esclarecimentos

- 3.1 Caso qualquer interessado necessite de esclarecimentos complementares, deverá solicitá-los de forma eletrônica ao **Poder Concedente**, até 15 (quinze) dias antes da data de entrega das propostas, para o seguinte endereço [●], contendo arquivo, em formato “.doc” ou “.docx”, com as questões formuladas, conforme o modelo integrante do **Anexo [●]**.
- 3.2 As solicitações de informações e de esclarecimentos deverão ser redigidas em língua portuguesa.
- 3.3 O **Poder Concedente** não responderá questões que tenham sido formuladas em desconformidade com o disposto nos subitens anteriores.
- 3.4 As respostas do **Poder Concedente** aos referidos esclarecimentos complementares serão divulgadas no **Sítio do Poder Concedente, [●]**, sem identificação do autor do questionamento.
- 3.5 Todas as respostas do **Poder Concedente** aos pedidos de esclarecimentos realizados nos termos deste item constarão de ata, que será parte integrante deste **Edital**, e serão disponibilizadas no prazo previsto neste **Edital**, ou, na hipótese de alteração da data de entrega das propostas, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data fixada para entrega dos documentos da **Licitação**.
- 3.6 Esclarecimentos, adendos ou comunicados relevantes passarão a fazer parte integrante deste **Edital**.

## MINUTA DE EDITAL

---

**3.7** Não havendo solicitações de esclarecimentos, presumir-se-á que as informações e os elementos disponibilizados neste **Edital**, **Contrato** e em seus **Anexos** são suficientes para permitir a elaboração da **Proposta de Preço** e a apresentação dos documentos de habilitação e, conseqüentemente, para participação na **Licitação**, razão pela qual não serão admitidos questionamentos posteriores.

## 4 Impugnações ao Edital

**4.1** Sob pena de decadência do direito, eventual impugnação do **Edital** deverá ser encaminhada, de forma eletrônica, para o seguinte endereço: [•], dirigida ao presidente da **Comissão Especial de Licitação**, em até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para entrega dos documentos da **Licitação**, observadas as condições legais.

**4.2** A impugnação feita tempestivamente não impedirá a participação do interessado na **Licitação** até a decisão da **Comissão Especial de Licitação**.

**4.3** O **Poder Concedente** analisará e responderá às impugnações apresentadas em até 3 (três) dias úteis contados de seu protocolo, conforme dispõe o artigo 41 da Lei nº 8.666/1993.

**4.4** O **Poder Concedente** poderá, por iniciativa própria ou como consequência de respostas formuladas diante dos pedidos de esclarecimentos ou de impugnações, modificar o presente **Edital**, a qualquer tempo, mediante errata, a ser publicada no Diário Oficial do Estado.

**4.5** Caso a alteração no **Edital** afete inquestionavelmente a formulação da **Proposta**, nos termos do artigo 21, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93, o

## MINUTA DE EDITAL

---

**Poder Concedente** modificará a data da sessão pública de recebimento dos **Envelopes** prevista no preâmbulo do **Edital**, informando os **Licitantes**, por meio de publicação no **DOE**. Nesta hipótese, ficam igualmente prorrogados o prazo de **Visita Técnica** e de solicitação de esclarecimentos.

## MINUTA DE EDITAL

---

### PARTE V – DISPOSIÇÕES GERAIS

#### 5 Vigência e prazo

5.1 O O prazo de vigência da **Concessão** é de 30 (trinta) anos contados da data da assinatura do **Termo de Transferência Inicial**, conforme definido na minuta do **Contrato de Concessão**.

#### 6 Critério de julgamento – Outorga Fixa Devida

6.1 Para a elaboração da **Proposta de Preço** e para realização de lances, as **Licitantes** deverão considerar que, pela delegação do serviço público de exploração do objeto contratual da **Concessão**, a **Concessionária** deverá pagar ao **Poder Concedente** o valor ofertado de **Outorga Fixa** e a **Outorga Variável**.

6.2 O critério de julgamento desta **Licitação** é o de maior valor de **Outorga Fixa**, sendo vencedora aquela **Licitante** que, observados os procedimentos e normas descritas neste **Edital**, ofertar, o maior valor a título de **Outorga Fixa** devida, a ser paga pela **Adjudicatária** como condição para a assinatura do **Contrato**, considerando o valor mínimo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), na data base de julho/2021.

6.3 É condição para assinatura do **Contrato** o pagamento da **Outorga Fixa**, cujo valor será aquele ofertado pelo **Licitante Vencedor**, considerando o valor mínimo indicado no item 6.2 e o ágio apresentado em sua **Proposta De Preço**.

6.3.1 Os valores a título de **Outorga Variável** serão pagos segundo a disciplina prevista no **Contrato**, não devendo constar da **Proposta de Preço**.

## MINUTA DE EDITAL

---

**6.4** Como condição precedente à assinatura do **Contrato**, o **Adjudicatário** deverá realizar a abertura das **Contas Reserva de Outorga** e a contratação do **Banco Depositário**.

**6.4.1** O **Poder Concedente** deverá adotar as medidas necessárias para viabilizar a abertura das **Contas Reserva de Outorga**, de titularidade do **Poder Concedente**, pelo **Adjudicatário**.

**6.4.2** Todos os custos decorrentes da contratação do **Banco Depositário** serão de responsabilidade do Adjudicatário e, após a assinatura do **Contrato**, do **Concessionário**.

**6.4.3** Nos termos do Anexo [●] do **Contrato**, caso alguma situação implique em atraso ou inviabilize a abertura das **Contas Reserva de Outorga** de titularidade do **Poder Concedente**, será facultado ao **Adjudicatário**, caso devidamente motivado e autorizado pelo **Poder Concedente**, que realize a abertura das referidas **Contas de Reserva de Outorga** sob titularidade da **Concessionária**, condição esta que terá caráter provisório, devendo a **Concessionária**, no âmbito do **Contrato**, promover a imediata adequação da titularidade das **Contas Reserva De Outorga** ao **Poder Concedente** tão logo seja possível e tenha cessado a condição que justificou a solução aqui disposta.

## 7 Receita Tarifária e Receitas Acessórias

**7.1** Para a elaboração da **Proposta De Preço** e para a formação de seus lances, as **Licitantes** deverão considerar que a **Concessionária** terá o direito de cobrar **Tarifa De Pedágio** dos **Usuários** do **Sistema Rodoviário**, observando os critérios de equidade e modicidade, o quanto definido na minuta do **Contrato** e, especialmente, em seu **Anexo [●]**.

**7.2** O valor da **Tarifa de Pedágio**, cobrada dos **Usuários**, será de **R\$ 7,59 (sete reais e cinquenta e nove centavos)**, para veículo categoria 1,

## MINUTA DE EDITAL

---

nos termos do **Contrato de Concessão** e seus **Anexos**.

- 7.3** Além da receita tarifária, poderão integrar a **Remuneração** da **Concessionária** as **Receitas Acessórias** exploradas de acordo com a legislação pertinente e na forma e limites estabelecidos no regramento contratual da **Concessão**.
- 7.4** As receitas de natureza tarifária e acessória auferidas pela **Concessionária**, conforme regramento contratual, serão consideradas para fins de cálculo do valor devido a título de **Outorga Variável** e a título de pagamento pelas atividades de fiscalização desempenhadas pela **ARCON** no âmbito da **Concessão**, definidas conforme o regramento estabelecido pelo **Contrato**.
- 7.5** As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados ao **Sistema Rodoviário** e à sua exploração, disponibilizados pelo **Poder Concedente**, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de servir como referencial para os cálculos que apontaram a viabilidade econômico-financeira da **Concessão**, não apresentando, perante as potenciais **Licitantes** ou futura **Concessionária**, qualquer caráter vinculativo ou qualquer efeito do ponto de vista da responsabilidade do **Poder Concedente** e da **ARCON**.

## MINUTA DE EDITAL

---

### PARTE VI – DO REGULAMENTO DA LICITAÇÃO

#### 8 Condições de Participação

8.1 Poderão participar da **Licitação**, isoladamente ou em **Consórcio**, de acordo com os termos deste **Edital**:

- I. pessoas jurídicas brasileiras ou estrangeiras;
- II. entidades de previdência complementar; e
- III. Fundo de investimentos em participações.

8.2 Não poderão participar da **Licitação**, isoladamente ou em **Consórcio**, de acordo com os termos deste **Edital**:

- I. pessoa jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II. pessoa jurídica impedida ou suspensa de participar de licitação ou contratar com a Administração;
- III. pessoa jurídica que tenha sido condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei nº 9.605/98;
- IV. pessoa jurídica cujo(s) dirigente(s) ou responsável(is) técnico(s) seja(m) ou tenha(m) sido ocupante(s) de cargo efetivo, cargo em comissão ou emprego no **Poder Concedente** ou na **ARCON**, ou ocupante(s) de cargo de direção, assessoramento superior ou assistência intermediária no **Poder Concedente**, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação do **Edital**;
- V. pessoa jurídica cujo dirigente se enquadre em qualquer uma das hipóteses previstas na alínea “e” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, exceto nos casos de crimes de ação penal privada, culposos ou aqueles definidos

## MINUTA DE EDITAL

---

em lei como de menor potencial ofensivo;

- VI. pessoa jurídica cujo dirigente tiver sido condenado por improbidade administrativa; ou
- VII. pessoa jurídica em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência haja sido decretada, ressalvado o disposto na subcláusula 8.3.

**8.3** No caso de pessoa jurídica que esteja em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, sua participação na **Licitação** será admitida, desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua capacidade econômico-financeira.

**8.3.1** A comprovação de capacidade econômico-financeira deverá ser feita mediante a demonstração de que o plano de recuperação judicial foi aprovado pelos credores e a recuperação judicial foi concedida judicialmente ou, no caso de recuperação extrajudicial, mediante a demonstração de que o plano de recuperação extrajudicial foi homologado pelo juízo competente.

**8.4** A participação na **Licitação** implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições do **Edital**, dos **Anexos** ao **Edital**, do **Manual de Procedimentos**, da **Minuta do Contrato** e dos **Anexos** da **Minuta do Contrato**, bem como das demais normas aplicáveis à **Licitação**.

**8.5** Em caso de conflito, os termos, disposições e condições do **Edital** prevalecem sobre as disposições dos **Anexos** do **Edital**.

**8.6** Caso a **Licitante** seja uma pessoa jurídica estrangeira, as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes no

## MINUTA DE EDITAL

---

restante do **Edital**:

- I. As **Licitantes**, pessoas jurídicas estrangeiras, deverão apresentar, tanto para a participação isolada como em **Consórcio**, documentos equivalentes aos documentos exigidos para a habilitação, autenticados pela autoridade consular brasileira de seu país de origem e traduzidos por tradutor juramentado.
  - a. As sociedades estrangeiras provenientes de Estados Signatários da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 8.660/16, poderão substituir a necessidade de autenticação pelo respectivo consulado, referida no item I acima, pela aposição da apostila de que trata a referida Convenção, quando couber.
  - b. A documentação e a respectiva apostila deverão ser traduzidas por tradutor juramentado.
- II. As **Licitantes**, pessoas jurídicas estrangeiras, deverão apresentar declaração conforme modelo constante no **Anexo [●] – Modelo de Carta de Declaração de Licitante Estrangeira**, certificando a correlação entre os documentos administrativos legais e suas validades, normalmente exigidos em licitações no Brasil, e os correspondentes no país de origem.
- III. Os documentos de habilitação equivalentes devem ser apresentados de forma a possibilitar a análise acerca da sua validade e exigibilidade.
- IV. Na hipótese da inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste **Edital** ou de **Órgão(s)** no país de origem que os autenticuem, a **Licitante** deverá apresentar declaração informando tal fato, conforme modelo do **Anexo [●] – Modelo de Carta de Declaração de Licitante Estrangeira**.



## MINUTA DE EDITAL

---

- exigências relativas à regularidade jurídica, fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira contidas no **Edital**;
- II. as exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas pelo **Consórcio**, por intermédio de qualquer dos consorciados isoladamente ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas pelos consorciados;
  - III. a desclassificação e a inabilitação de qualquer consorciado acarretarão a automática desclassificação/inabilitação do **Consórcio**;
  - IV. não há limite de número de consorciados para constituição do **Consórcio**;
  - V. nenhuma **Licitante** poderá participar de mais de um **Consórcio**, ainda que por intermédio de suas **Coligadas, Controladoras, Controladas** ou empresas sob controle comum, mesmo com porcentagens distintas, sob pena de desclassificação do certame, não importando a fase em que vier a ser revelado;
  - VI. caso uma **Licitante** participe de um **Consórcio**, ficarão ela, suas **Partes Relacionadas** e empresas sob controle comum, impedidas de participar isoladamente da **Licitação**;
  - VII. não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de consorciados até a assinatura do **Contrato**, tampouco a alteração na proporção de participação das consorciadas;
  - VIII. é permitida a participação de **Consórcio** formado exclusivamente por empresas estrangeiras;
  - IX. no caso de **Consórcio** de empresas e/ou outras entidades, brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa ou entidade brasileira, nos termos do artigo 33, §1º, da Lei Federal n.º 8.666/1993;
  - X. a responsabilidade solidária dos consorciados cessará, para

## MINUTA DE EDITAL

---

fins das obrigações assumidas em virtude da **Licitação**:

- a) no caso de o **Consórcio** ter sido a **Licitante** vencedora, com a assinatura do **Contrato**; e
- b) no caso de o **Consórcio** não ter sido a **Licitante** vencedora, até a assinatura do **Contrato** pela vencedora do certame.

**8.9** Além de outros documentos exigidos pelo **Edital**, a participação da **Licitante** fica condicionada à apresentação de Compromisso de Constituição de **SPE**, subscrito por todos os consorciados, ou pelo **Licitante**, quando participar de forma individual, nos termos do **Anexo [•]**.

**8.10** A prática de atos pelas **Licitantes** em cada etapa da **Licitação** está sujeita à preclusão, sendo vedado o exercício de faculdades referentes a etapas já consumadas da **Licitação**, salvo nas hipóteses admitidas no **Edital**.

**8.11** A participação das **Licitantes** no certame condiciona-se à celebração de contrato de intermediação com **Corretora Credenciada** nos termos do **Manual de Procedimentos** da B3 que constitui o **Anexo [•]** deste Edital.

**8.12** A participação nesta **Licitação** implicará a integral e incondicional aceitação de todos os termos, condições e disposições deste **Edital**, assim como da minuta do **Contrato de Concessão**, seus **Anexos** e demais disposições aplicáveis à **Licitação**, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da **Proposta de Preços** ou do integral cumprimento do **Contrato**.

## MINUTA DE EDITAL

**8.13** As **Licitantes** arcarão com todos os custos relacionados à preparação e à apresentação das **Propostas de Preços** e à participação na **Licitação**, não sendo o **Poder Concedente** ou a **ARCON** responsáveis, em qualquer hipótese, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na **Licitação** ou seus resultados.

## 9 Forma de Apresentação da Documentação

**9.1** A **Garantia da Proposta**, a **Proposta de Preço** e os **Documentos de Qualificação** deverão ser (i) entregues na **Data para Recebimento dos Envelopes**, na **B3 S.A.**, por representante das **Corretoras Credenciadas**, munido dos documentos que comprovem seus poderes de representação e (ii) apresentados em 3 (três) envelopes distintos, opacos, lacrados, inviolados, e identificados em sua capa da seguinte forma:

### ENVELOPE 1 – GARANTIA DA PROPOSTA

EDITAL DE CONCESSÃO Nº [●]/202[●] - CONCESSÃO DAS RODOVIAS DO PARÁ

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER

DENOMINAÇÃO DA CORRETORA CREDENCIADA, ASSIM COMO O NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DE SEU INTEGRANTE RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)

ENVELOPE 1 – GARANTIA DA PROPOSTA

## MINUTA DE EDITAL

### **ENVELOPE 2 - PROPOSTA DE PREÇO**

EDITAL DE CONCESSÃO Nº [●]/202[●] - CONCESSÃO DAS RODOVIAS DO PARÁ

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER

DENOMINAÇÃO DA CORRETORA CREDENCIADA, ASSIM COMO O NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DE SEU INTEGRANTE RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)

ENVELOPE 2 - PROPOSTA DE PREÇO

### **ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**

EDITAL DE CONCESSÃO Nº [●]/202[●] - CONCESSÃO DAS RODOVIAS DO PARÁ

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER

DENOMINAÇÃO DA CORRETORA CREDENCIADA, ASSIM COMO O NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DE SEU INTEGRANTE RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)

ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO

- 9.2** Cada um dos envelopes da **Garantia da Proposta**, da **Proposta de Preço** e dos **Documentos de Qualificação** deverá ser apresentado separadamente, com todas as páginas numeradas sequencialmente,

## MINUTA DE EDITAL

---

inclusive as páginas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente da composição de cada volume por mais de um caderno, da primeira à última página, de forma que a numeração da última página do último caderno reflita a quantidade total de páginas de cada volume, não sendo permitidas emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**9.2.1** As páginas objeto de numeração serão aquelas com conteúdo.

**9.3** Cada envelope conterá uma página com termo de encerramento próprio, que não será numerada.

**9.4** Cada um dos envelopes da **Garantia da Proposta**, da **Proposta de Preço** e dos **Documentos de Qualificação** deverá ser apresentado também em meio eletrônico, com conteúdo idêntico ao dos envelopes apresentados em meio físico, em arquivos padrão PDF (Adobe Acrobat) não editáveis.

**9.4.1** A apresentação em meio eletrônico deverá corresponder a um *CD-ROM/DVD ou PEN DRIVE* específico para a documentação de cada envelope.

**9.4.2** Os *CD-ROM/DVD's e PEN DRIVES* deverão estar etiquetados com o nome da **Licitante** e número do **Edital** e identificar o envelope a que se refere (Envelope 1, 2 ou 3).

**9.5** Caso exista divergência entre as informações apresentadas em meio físico e eletrônico, prevalecerão as informações prestadas em meio físico.

**9.5.1** Na hipótese de divergência entre números e sua expressão por

## MINUTA DE EDITAL

---

extenso, prevalecerá a forma por extenso.

- 9.6** Todas as páginas da **Garantia da Proposta**, da **Proposta de Preço** e dos **Documentos de Qualificação** deverão ser rubricadas por um de seus **Representantes Credenciados**.
- 9.7** Um dos **Representantes Credenciados** deverá rubricar sobre o lacre de cada um dos envelopes contendo os volumes indicados no item 9.1, inserindo ao lado da rubrica, de próprio punho, a sua data e hora.
- 9.8** Exceto quando expressamente autorizado neste **Edital**, os documentos deverão ser apresentados conforme os modelos constantes do **Edital**, quando houver.
- 9.9** Eventuais falhas na entrega ou defeitos formais nos documentos que façam parte da **Garantia da Proposta**, da **Proposta de Preço** e dos **Documentos de Qualificação** poderão ser sanados de acordo com os termos do item 15.2, em prazo estabelecido pela **Comissão Especial de Licitação**.
- 9.10** Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas e deverão observar as seguintes regras com relação ao idioma:
- I.** todos os documentos que se relacionam à **Licitação** deverão ser apresentados em língua portuguesa e toda a documentação será compreendida e interpretada de acordo com o referido idioma; e
  - II.** no caso de documentos em língua estrangeira, somente serão consideradas as suas traduções ao português quando realizadas por tradutor público juramentado e com a confirmação de autenticidade emitida pela representação

## MINUTA DE EDITAL

---

diplomática ou consular do Brasil no país de origem do documento.

**9.10.1** Os documentos deverão ser apresentados em sua forma original ou sob forma de cópia autenticada por Tabelião de Notas, ou cópia acompanhada do original para autenticação por membro da **Comissão**.

**9.10.2** A **Garantia da Proposta** deverá ser apresentada em sua via original, observadas as regras específicas constantes do **Manual de Procedimentos**.

**9.10.3** Excetua-se da regra prevista no item 9.10.1 deste **Edital** os documentos obtidos pela Internet, os quais poderão ser apresentados sem qualquer autenticação, desde que, quando pertinente, acompanhados de código de verificação que permita a apuração de sua autenticidade.

**9.10.4** Não será admitida a entrega dos documentos da **Licitação** por via postal ou qualquer outro meio não previsto neste item 9.

**9.11** Todos os documentos e certidões que forem apresentados nesta **Licitação** deverão ser apresentados dentro de seus respectivos prazos de validade.

**9.11.1** Qualquer documento apresentado fora do prazo de validade será considerado não entregue, arcando a **Licitante** com as consequências da ausência da documentação.

## MINUTA DE EDITAL

---

**9.11.2** Os documentos que não tiverem prazo definido em seu próprio corpo, em lei ou neste **Edital**, serão considerados válidos se expedidos em até 90 (noventa) dias de antecedência à data de efetiva entrega dos documentos e propostas.

**9.12** Fica dispensada a obrigação de reconhecimento de firma nas declarações e autenticação de documentos exigidos das **Licitantes**, observando-se a Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.

## 10 Garantia da Proposta

**10.1** Em garantia ao cumprimento da obrigação de firmar futuro instrumento contratual, bem como das demais obrigações assumidas em razão de sua participação na licitação, a **Licitante** deverá prestar, de forma incondicional, **Garantia da Proposta** no valor mínimo correspondente a R\$[.] ([.]), data base de julho de 2021, que corresponde a 1% do valor do **Contrato**.

**10.2** . Em caso de consórcio, a **Garantia da Proposta** poderá ser prestada por uma única pessoa jurídica que o compõe ou dividida pelos consorciados.

**10.3** A **Garantia da Proposta** poderá, por opção da **Licitante**, ser feita por meio das seguintes modalidades: (i) Caução em dinheiro; (ii) Títulos da Dívida Pública; (iii) Seguro-garantia; (iv) e Fiança bancária.

**10.4** A **Garantia da Proposta** deverá ter vigência de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de recebimento dos envelopes, devendo ter prorrogado o seu prazo de validade pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, pelo menos 15 (quinze) dias antes de seu vencimento, às

## MINUTA DE EDITAL

---

expensas das próprias **Licitantes**, caso expire antes da data da assinatura do **Contrato**, sob pena de desclassificação na presente **Licitação**, se assim solicitado pela **Comissão Especial de Licitação** e manifestado interesse da **Licitante** em permanecer no certame licitatório.

**10.5** No caso de renovação, a **Garantia da Proposta** será reajustada pela variação do **IPCA**, divulgado pelo **IBGE**, pelo período compreendido entre a data base de julho de 2021 e o último índice divulgado antes da renovação da **Garantia da Proposta**.

**10.6** A manutenção das condições de qualificação da **Licitante** é condicionada à regular renovação da respectiva **Garantia da Proposta**, nos termos previstos no item 10.4.

**10.7** A **B3 S.A.** assessorará a **Comissão Especial de Licitação** na análise da regularidade e efetividade das **Garantias da Proposta** apresentadas de acordo com o **Manual de Procedimentos do Leilão**, cujo resultado será comunicado na data prevista neste **Edital**.

**10.8** As **Licitantes** deverão, ainda, observar as seguintes condições quando do oferecimento da **Garantia da Proposta**:

- I.** as **Garantias das Propostas** apresentadas nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária deverão apresentar o conteúdo mínimo ou seguir o modelo constante, respectivamente, dos **Anexos [•]** e **[•]**, em sua forma original (não serão aceitas cópias de qualquer espécie, porém admite-se apresentação da via digital das apólices de seguro-garantia certificadas pela **SUSEP**) e deverão ter seu valor expresso em reais, assinatura dos administradores da sociedade emitente, podendo ser assinatura com certificação digital no caso de

## MINUTA DE EDITAL

---

- apólice emitida dessa forma, devendo observar o cadastramento das seguradoras conforme estabelecido no **Manual de Procedimentos do Leilão**;
- II.** na hipótese de a **Garantia da Proposta** ser prestada em títulos da dívida pública, aceitar-se-ão, apenas, Letras do Tesouro Nacional – LTN, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional – série C – NTN- C, Notas do Tesouro Nacional – série B principal – NTN-B Principal ou Notas do Tesouro Nacional – série F – NTN-F;
- III.** em caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado através do pagamento do documento de arrecadação **[●]**, emitido através do link do serviço: **[●]**, na forma do **Manual de Procedimentos do Leilão** e da legislação aplicável;
- IV.** a **Garantia da Proposta** deverá ser acompanhada de Carta de Apresentação conforme modelo constante do **Manual de Procedimentos do Leilão**, assinada pela **Corretora Credenciada**;
- V.** se a **Licitante** participar isoladamente, a **Garantia da Proposta** deverá ser apresentada em nome próprio;
- VI.** se a **Licitante** for um **Consórcio**, a **Garantia da Proposta** deverá ser apresentada em nome de um ou mais consorciados e deverá indicar, expressamente, o nome do **Consórcio** e de todas as consorciadas com suas respectivas participações percentuais, independentemente de a **Garantia da Proposta** ter sido prestada por um ou mais consorciados. Nesse caso, é ainda admissível o aporte do montante total devido, segregado entre as consorciadas, as quais poderão optar por uma das modalidades de garantia, sem prejuízo da escolha, pelas demais consorciadas, de modalidade diversa;
- VII.** a **Licitante** deverá apresentar o contrato de intermediação entre a Licitante e a Participante Credenciada, conforme

## MINUTA DE EDITAL

---

modelo constante do **Manual de Procedimentos do Leilão (Anexo [●])**, devidamente assinado pela **Corretora Credenciada**;

VIII. a **Licitante** deverá apresentar os documentos de representação e a declaração de elaboração independente de **Proposta de Preço**, conforme modelo constante do **Anexo [●]**, devidamente assinada pelo **Representante Credenciado**.

**10.9** No caso de a **Garantia da Proposta** ser fornecida por meio de títulos da dívida pública, será considerado, para fins do cálculo do valor mínimo, nos termos do item 10.1, o valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Economia e apurado pela **B3 S.A.**

**10.10** O envelope contendo a **Garantia da Proposta** deverá conter, conforme o caso:

- I. os documentos representativos da transferência dos títulos públicos em garantia para o **Poder Concedente**, na forma do **Manual de Procedimentos do Leilão** e da legislação aplicável;
- II. o instrumento da fiança bancária;
- III. a apólice do seguro-garantia; ou
- IV. o comprovante de recolhimento nos termos do item 10.8.III.

**10.11** As **Licitantes** que não apresentarem **Garantia da Proposta** nas condições estabelecidas neste **Edital** e no **Manual de Procedimentos do Leilão** estarão impedidas de participar da **Licitação** e terão os demais documentos devolvidos.

**10.12** A **Garantia da Proposta** será devolvida, em até 15 (quinze) dias, à **Licitante**:

- I. que tiver sido declarada vencedora, após a data da assinatura do **Contrato**;

## MINUTA DE EDITAL

---

- II. que não tiver sido declarada vencedora, após a data da assinatura do Contrato;
- III. que desistir de participar do certame a partir de um ano da abertura do procedimento licitatório, a contar da comunicação da desistência;
- IV. em caso de lote deserto e inabilitação de todas as **Licitantes**, após a decisão administrativa; ou
- V. em caso de revogação, suspensão ou anulação do procedimento licitatório, após a publicação da respectiva decisão administrativa ou judicial.

**10.13 A Garantia da Proposta** poderá ser executada nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial, por parte das **Licitantes**, das obrigações por elas assumidas em virtude de sua participação na **Licitação**, mediante notificação, pelo **Poder Concedente**, às **Licitantes** inadimplentes, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, sem prejuízo das demais penalidades previstas no **Edital** ou na Legislação, incluindo, mas não se limitando às seguintes hipóteses:

- I. apresentação, pela **Licitante** vencedora, dos **Documentos de Qualificação** em desconformidade com o estabelecido pelo **Edital**, ressalvado o disposto no item 6.9;
- II. apresentação, pela **Licitante** vencedora, de **Proposta de Preço** que não atenda à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e no **Edital**;
- III. não cumprimento, pela **Adjudicatária**, das obrigações prévias à celebração do **Contrato**;
- IV. recusa da **Adjudicatária** em celebrar o **Contrato**;
- V. prática, pela **Licitante**, de atos visando a frustrar os objetivos da **Licitação**;
- VI. cobertura de multas, penalidades e indenizações eventualmente devidas pelas **Licitantes** ao **Poder**

## MINUTA DE EDITAL

---

**Concedente**, em virtude de sua participação na **Licitação**, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades e da responsabilização residual pelo valor que extrapolar a **Garantia da Proposta**; e

VII. retirada da proposta pela **Licitante**.

**10.14** A **Garantia da Proposta** não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pelo tomador da garantia relativamente à participação na **Licitação**, observadas eventuais exceções previstas nos atos normativos da **SUSEP**, quando se tratar de seguro-garantia.

**10.15** É vedada qualquer modificação nos termos e condições da **Garantia da Proposta** apresentada ao **Poder Concedente**, salvo mediante expressa e prévia anuência dessa no momento da sua renovação ou para recomposição do seu valor econômico e condições de exequibilidade.

**10.16** O valor referido no item 10.1 será atualizado pelo **IPCA**, com base na sua variação entre julho de 2021 e dois meses antes do mês previsto no cronograma para a **Data de Recebimento dos Envelopes**, conforme informado pela **Comissão Especial de Licitação** no **Sítio do Poder Concedente**, [•].

## 11 Representantes das Licitantes e Declarações

### 11.1 Representantes Credenciados

**11.1.1** Cada **Licitante** poderá ter até 2 (dois) **Representantes Credenciados**.

## MINUTA DE EDITAL

---

**11.1.2** O volume da **Garantia da Proposta** deverá conter os seguintes documentos para comprovação dos poderes de representação dos **Representantes Credenciados**:

- I. no caso de **Empresas Brasileiras**, instrumento de procuração que comprove poderes para praticar, em nome da **Licitante**, todos os atos referentes à **Licitação**, nos moldes do modelo constante do **Anexo [●]**, acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s) – conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou cartório competente;
- II. no caso de Consórcio, o instrumento de procuração mencionado acima deverá ser outorgado pela empresa líder, e será acompanhado de (i) indicação da empresa líder como responsável pelos atos praticados pelo Consórcio perante o **Poder Concedente**, (ii) procurações outorgadas pelos consorciados à empresa líder, também nos moldes do **Anexo [●]**, (iii) documentos que comprovem os poderes de todos os outorgantes (conforme últimas alterações arquivadas nos registros empresariais ou cartórios competentes), e (iv) Compromisso de Constituição de SPE, subscrito pelos consorciados, nos moldes do **Anexo [●]**; e,
- III. no caso de pessoa jurídica estrangeira, instrumento de procuração outorgado a representante legal residente e domiciliado no Brasil, que comprove poderes para praticar, em nome da **Licitante**, todos os atos referentes à **Licitação**, com poderes expressos para receber citação, representar a **Licitante** administrativa e judicialmente, bem como fazer acordos e renunciar a direitos e, se for o caso, substabelecimento dos poderes

## MINUTA DE EDITAL

---

apropriados para o(s) Representante(s) Credenciado(s), nos moldes do modelo do **Anexo [●]**. Deve ser acompanhado de documentos que comprovem os poderes dos outorgantes, com a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) como verdadeira(s) por notário ou outra entidade, de acordo com a legislação aplicável aos documentos, que deverá ser reconhecida pela representação consular brasileira do país de origem, traduzidos ao português por tradutor público juramentado e registrados em Cartório de Títulos e Documentos (conforme última alteração arquivada no registro empresarial, cartório competente ou exigência equivalente do país de origem).

**11.1.3** Os **Representantes Credenciados** não serão admitidos a intervir nem praticar atos durante a **Sessão Pública do Leilão**, tendo em vista que tal representação será exercida exclusivamente pelas **Corretoras Credenciadas**.

**11.1.4** Os **Representantes Credenciados** deverão firmar todas as declarações e documentos referidos neste **Edital**, inclusive o contrato de intermediação entre a **Corretora Credenciada** e a **Licitante**.

I. Cada **Representante Credenciado** somente poderá exercer a representação de uma única **Licitante**.

## 11.2 Corretoras Credenciadas

**11.2.1** O contrato de intermediação entre a **Corretora Credenciada** e a **Licitante**, que terá o conteúdo mínimo especificado no **Manual de Procedimentos do Leilão (Anexo [●])**, deverá ter

## MINUTA DE EDITAL

---

uma cópia apresentada juntamente com os documentos referidos no item 11.1.2, acompanhado do ato societário e/ou procuração comprovando os poderes das pessoas que firmaram tal contrato.

**11.2.2** As **Corretoras Credenciadas** deverão representar as **Licitantes** junto à **B3 S.A.**, na entrega de todos os documentos requeridos neste **Edital** – especialmente os volumes da **Garantia da Proposta**, da **Proposta de Preço** e dos **Documentos de Qualificação**, e nos atos da **Sessão Pública do Leilão**.

**11.2.3** Cada **Corretora Credenciada** somente poderá exercer a representação de uma única **Licitante** e cada **Licitante** somente poderá estar representada e participar da **Licitação** por meio de uma única **Corretora Credenciada**.

## 12 Verificador Independente

**12.1** O **Verificador Independente** será responsável pela aferição do desempenho da **Concessionária**, devendo agir obrigatoriamente com imparcialidade, zelo e cuidado no cumprimento de suas atribuições face ao **Poder Concedente**, à **ARCON** e à **Concessionária**.

**12.2** O **Verificador Independente** será uma pessoa jurídica de direito privado, selecionada pela **Concessionária** a partir de lista encaminhada pela **Concessionária** ao **Poder Concedente**, contendo, no mínimo, 3 (três) empresas, observado o procedimento estabelecido no **Contrato de Concessão**, cláusula **[•]**, e o disposto no **Anexo [•]**;- **Diretrizes do Verificador Independente**.

## MINUTA DE EDITAL

---

**12.2.1** O **Verificador Independente** será contratado e remunerado pela **Concessionária**, nos termos e condições estabelecidos pelo **Poder Concedente**.

**12.3** A **Licitante** deverá considerar em sua **Proposta de Preço** o valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões) por ano, para a remuneração do **Verificador Independente**.

### 13 Propostas de Preço

**13.1** O Envelope da **Proposta de Preço** será apresentada na forma do item 9 deste **Edital** e deverá conter a Carta de Apresentação da **Proposta de Preço**, devidamente assinada, conforme modelo constante do **Anexo [●]**.

**13.2** A **Proposta de Preço** será formalizada pelo valor da **Outorga Fixa** a ser paga pela **Licitante Vencedora**, como condição para a assinatura do **Contrato**, sendo apresentada em reais (R\$) com, no máximo, duas casas decimais.

**13.3** A **Proposta de Preço** deverá obedecer ao modelo constante do **Anexo [●]** deste **Edital**. Ocorrendo divergência entre o valor numérico e sua respectiva forma extensa, prevalecerá esta última.

**13.4** A **Licitante** deverá estar ciente de que a **Proposta de Preço**, inclusive no que se refere ao valor da **Outorga Fixa** ofertado:

- i. é irrevogável, irretroatável e incondicional;
- ii. não poderá apresentar valor inferior ao valor mínimo para a **Outorga Fixa** indicado neste **Edital**, sob pena de sua desclassificação;

## MINUTA DE EDITAL

---

- iii. todos os investimentos, tributos, custos e despesas, incluindo, mas não se limitando às financeiras, necessários para a exploração da **Concessão**, tal como previsto no **Contrato**, **PER** e demais **Anexos** do **Edital** e do **Contrato**, desconsiderando qualquer benefício fiscal, com exceção do indicado no item VII abaixo;
- iv. a incidência da alíquota de 5% (cinco por cento) sobre a **Receita Bruta**, referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN para todos os municípios;
- v. os riscos a serem assumidos pela **Concessionária** em virtude da exploração da **Concessão**, descritos no **Edital** e na **Minuta do Contrato**, assim como na legislação aplicável;
- vi. as receitas oriundas do recebimento da **Tarifa de Pedágio**;
- vii. o **Prazo da Concessão**, que será de 30 (trinta) anos;
- viii. todos os investimentos previstos sejam integralmente depreciados e amortizados durante o prazo da **Concessão**;
- ix. o valor dos investimentos previstos no **PER** serão objeto de desconto proveniente dos benefícios fiscais do REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, de acordo com a legislação pertinente, do momento da habilitação inicial no regime até o final do **Prazo da Concessão**.

**13.5** A **Proposta de Preço** deverá ser válida por 6 (seis) meses, contados da **Data para Recebimento dos Envelopes**, e neste período, todas as suas condições deverão ser mantidas. A **Comissão Especial de Licitação**, a seu critério, poderá solicitar das **Licitantes** a prorrogação da validade da **Proposta de Preço** no caso de a licitação perdurar por mais de 6 (seis) meses.

**13.6** As **Propostas de Preço** deverão ser apresentadas na data base de

## MINUTA DE EDITAL

julho de 2021, sendo que no momento do pagamento da **Outorga Fixa** os valores deverão ser devidamente atualizados pelo IPCA/IBGE.

### 14 Documentos de Qualificação

**14.1** O Envelope contendo os **Documentos de Qualificação** deverá ser iniciado com carta de apresentação devidamente assinada, conforme modelo constante do **Anexo [•]**.

**14.1.1** A **Licitante** deverá disponibilizar, juntamente com os documentos relativos à regularidade jurídica e qualificação econômico-financeira, demais documentos societários relacionados a seus atos constitutivos e obrigações contraídas, conforme estabelecido no **Manual de Procedimentos do Leilão**.

**14.2** As certidões que não consignarem seu prazo de validade serão aceitas se tiverem sido emitidas até 90 (noventa) dias antes da **Data para Recebimento dos Envelopes**.

**14.3** Quando se tratar de pessoa jurídica, a **Licitante** deverá apresentar os seguintes documentos para sua qualificação jurídica:

Tabela I – Documentos relativos à regularidade jurídica	
Documento	
<b>A</b>	Ato constitutivo e estatuto social/contrato social da <b>Licitante</b> pessoa jurídica, conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou cartório competente. Caso a última alteração do estatuto social/contrato

### MINUTA DE EDITAL

	social não consolide as disposições do estatuto social/contrato social em vigor, deverão também ser apresentadas as alterações anteriores que contenham tais disposições.
<b>B</b>	Prova de eleição dos administradores em exercício da <b>Licitante</b> pessoa jurídica, devidamente arquivada no registro empresarial ou cartório competente.
<b>C</b>	Certidão atualizada da <b>Licitante</b> pessoa jurídica expedida pelo registro empresarial ou cartório competente.
<b>D</b>	Em se tratando de pessoa jurídica ou sociedade estrangeira autorizada a funcionar no país, autorização de funcionamento e ato de registro ou autorização para o seu funcionamento, expedido pelo Órgão competente.
<b>E</b>	Em se tratando de pessoa jurídica ou sociedade estrangeira não estabelecida no país, deverá a <b>Licitante</b> apresentar declaração conforme modelo constante no <b>Anexo [•]</b> .

**14.4** Quando se tratar de entidade aberta ou fechada de previdência complementar, a **Licitante** deverá apresentar para sua regularidade jurídica, adicionalmente aos documentos equivalentes à documentação prevista na Tabela I acima, os seguintes documentos:

<b>Tabela II – Documentos adicionais relativos à regularidade jurídica de entidade aberta ou fechada de previdência complementar</b>	
<b>Documento</b>	
<b>A</b>	Comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pelo órgão fiscalizador competente, e declaração de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da <b>PREVIC</b> ou <b>SUSEP</b> .

**14.5** Quando se tratar de instituição financeira, a **Licitante** deverá apresentar para sua regularidade jurídica, adicionalmente à

## MINUTA DE EDITAL

documentação prevista na Tabela I acima, o seguinte documento:

<b>Tabela III – Documento adicional relativo à regularidade jurídica de instituição financeira</b>	
<b>Documento</b>	
<b>A</b>	Comprovação de que está autorizada a funcionar como instituição financeira pelo Banco Central do Brasil.

**14.6** Quando a **Licitante** for **FIP**, deverá apresentar para sua qualificação jurídica os seguintes documentos, em substituição à apresentação dos documentos da Tabela I:

<b>Tabela IV – Documentos relativos à qualificação jurídica de FIP</b>	
<b>Documento</b>	
<b>A</b>	Ato constitutivo com última alteração arquivada perante o órgão competente.
<b>B</b>	Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício.
<b>C</b>	Comprovante de registro do <b>FIP</b> na Comissão de Valores Mobiliários.
<b>D</b>	Regulamento do <b>FIP</b> (e suas posteriores alterações, se houver).
<b>E</b>	Comprovante de registro do regulamento do <b>FIP</b> perante o Registro de Títulos e Documentos competente.
<b>F</b>	Comprovação de que o <b>FIP</b> encontra-se devidamente autorizado a participar da <b>Licitação</b> e que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da <b>Licitação</b> , assumindo em nome do FIPs todas as obrigações e direitos que decorrem da <b>Licitação</b> .
<b>G</b>	Comprovante de qualificação do administrador e, se houver, do gestor do <b>FIP</b> , perante a Comissão de Valores Mobiliários.
<b>H</b>	Certidão negativa de falência da administradora e gestora do fundo, expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição da sede da(s) mesma(s),

### MINUTA DE EDITAL

	com data de até 60 (sessenta) dias corridos anteriores à <b>Data para Recebimento dos Envelopes</b> .
<b>I</b>	O <b>FIP</b> estrangeiro deverá apresentar documento análogo ao registro na Comissão de Valores Mobiliários, do país de origem, nos termos do art. 32, §4º, da Lei nº 8.666/1993.

**14.7** A **Licitante** deverá apresentar, para a comprovação da sua **qualificação econômico-financeira**, os seguintes documentos:

<b>Tabela V – Documentos relativos à qualificação econômico-financeira</b>	
<b>Documento</b>	
<b>A</b>	Certidão negativa de pedido de falência, autofalência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor judicial (varas cíveis) da comarca do município onde a empresa for sediada, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à <b>Data para Recebimento dos Envelopes</b> . Em se tratando de sociedade não empresarial ou outra forma de pessoa jurídica, certidão negativa expedida pelo distribuidor judicial das varas cíveis em geral (processo de execução) da comarca do Município onde a entidade está sediada, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à <b>Data para Recebimento dos Envelopes</b> .
<b>B</b>	Balanço patrimonial e respectivo demonstrativo de resultados, já exigível na forma da lei, devidamente aprovados pela assembleia geral ou sócios, conforme o caso, apresentados na forma da lei, vedada a apresentação de balancetes ou balanços provisórios. Esses documentos deverão ser apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**14.7.1** No caso de certidão apontando a existência de recuperação judicial ou extrajudicial, a **Licitante** deverá apresentar documento que comprove a sua capacidade econômico-financeira, conforme disposto no item 8.3.

## MINUTA DE EDITAL

**14.8** A **Licitante** deverá apresentar, para a comprovação da sua **regularidade fiscal e trabalhista**, os seguintes documentos:

<b>Tabela VI – Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista</b>	
<b>Documento</b>	
<b>A</b>	Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME). No caso de <b>FIPs</b> , deverá também ser apresentada prova de inscrição no CNPJ do administrador.
<b>B</b>	Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que esteja dentro do prazo de validade nele atestado. No caso de <b>FIPs</b> , o documento exigido deverá ser apresentado em nome do administrador.
<b>C</b>	Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, por meio da apresentação da Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União. No caso de <b>FIPs</b> , o documento exigido deverá ser apresentado em nome do administrador.
<b>D</b>	Prova de regularidade fiscal perante as fazendas estadual e municipal (esta referente aos tributos mobiliários e imobiliários), todas do domicílio ou sede da <b>Licitante</b> , datada de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à <b>Data para Recebimento dos Envelopes</b> . No caso de <b>FIPs</b> , o documento exigido deverá ser apresentado em nome do administrador.
<b>E</b>	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas conforme disposto na Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011. No caso de <b>FIPs</b> , o documento exigido deverá ser apresentado em nome do administrador.
<b>F</b>	Prova da inexistência de débitos junto ao <b>Poder Concedente</b> , através da emissão de certidão negativa de dívida ativa ou de certidão positiva com efeito negativo, emitidas pelo <b>Órgão</b> interno competente. No caso de <b>FIPs</b> , o documento exigido deverá ser apresentado em nome do administrador.

## MINUTA DE EDITAL

**14.9** Caso alguma certidão apresentada em conformidade com os itens da Tabela VI acima seja positiva, ou nela não esteja consignada a situação atualizada do(s) débito(s), deverá ser apresentada prova de quitação e/ou certidões que apontem a situação atualizada das ações judiciais e/ou dos procedimentos administrativos arrolados, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à **Data para Recebimento dos Envelopes**.

**14.10** Não serão aceitos comprovantes de solicitação de certidões.

**14.11** A **Licitante** deverá apresentar, para a comprovação da sua **qualificação técnica**, os seguintes documentos:

<b>Tabela VII – Documentos relativos à qualificação técnica</b>	
<b>Documento</b>	
<b>A</b>	Indicação do(s) nome(s) do(s) <b>Profissional(is) Qualificado(s)</b> , observado o disposto no item 14.15 abaixo, e comprovação de seu(s) registro(s) ou inscrição(ões) na(s) respectiva(s) entidade(s) profissional(is) competente(s).
<b>B</b>	Relativamente ao conjunto de <b>Profissional(is) Qualificado(s)</b> indicado pela <b>Licitante</b> , atestado(s) de responsabilidade técnica, emitido(s) por entidades públicas ou particulares, devidamente certificado(s) pelo(s) conselho(s) que regulamenta(m) o exercício da(s) respectiva(s) profissão(ões), de execução, coordenação, gerência ou supervisão de gestão e exploração de rodovias. Os atestados somente serão aceitos se o(s) <b>Profissional(is) Qualificado(s)</b> possuir(em) vínculo com a <b>Licitante</b> na <b>Data para Recebimento dos Envelopes</b> , nos termos do item 14.12 abaixo.
<b>C</b>	O(s) <b>Profissional(is) Qualificado(s)</b> vinculado(s) à matriz e/ou filial de empresa estrangeira, que não necessite(m) ter registro(s) ou inscrição(ões) em entidade(s) profissional(ais) brasileira(s), mas sim do

## MINUTA DE EDITAL

outro país, os atestado(s) de responsabilidade técnica a serem apresentados poderão ser emitidos por entidades públicas ou particulares do outro país.

**14.12** A qualificação técnica a que se refere o item 14.11 poderá ser comprovada mediante apresentação de certidão(ões) e/ou atestados(s) de aptidão, em nome da **Licitante** ou, no caso de **Consórcio**, de um dos consorciados, devendo atestar a prévia experiência na gestão e exploração de rodovias.

**14.12.1** Os documentos de qualificação técnica da empresa deverão ser emitidos por entidades públicas ou particulares, em papel timbrado do declarante, com identificação de seu representante legal e informações para eventual contato por parte do **Poder Concedente**.

**14.12.2** Serão igualmente aceitos, para os fins do item 14.19, atestados emitidos em nome de empresa **Controlada**, **Controladora**, **Coligada** ou sob o mesmo controle comum da **Licitante** ou de um dos consorciados, em caso de **Consórcio**.

**14.12.3** Os atestados emitidos no exterior prescindirão das formalidades indicadas no item 8.6 do **Edital**, sem prejuízo de sua tradução juramentada.

**14.13** A qualificação técnica a que se refere o item 14.11 poderá, alternativamente à apresentação de certidão(ões) e/ou atestados(s) de aptidão, ser comprovada mediante a apresentação da documentação relativa a **Profissional Qualificado** de que trata a

## MINUTA DE EDITAL

---

Tabela VII (qualificação técnico-profissional).

**14.14** Os **Profissionais Qualificados** deverão possuir vínculo com a **Licitante** na **Data para Recebimento dos Envelopes**.

**14.14.10** **Profissional Qualificado** poderá estar vinculado à **Licitante**:

- (i) por relação de emprego ou como administrador; ou
- (ii) por carta ou contrato de intenção assinado entre a **Licitante** e o **Profissional Qualificado** indicando que, em caso de êxito da **Licitante** na **Licitação**, o **Profissional Qualificado** assumirá obrigação de participar da **Concessão** através de uma das formas indicadas nos itens 14.14.1 (i) acima.

**14.15** Caso optem por comprovar a relação de emprego, as **Licitantes** deverão apresentar a Ficha de Registro de Empregados (FRE) e a Carteira de Trabalho, devidamente atualizados.

**14.16** Para comprovar a investidura em cargo de administração, as **Licitantes** deverão apresentar prova de eleição dos administradores em exercício devidamente arquivada no registro empresarial ou cartório competente.

**14.17** Para comprovar a existência do contrato de assistência técnica, a **Licitante** deverá apresentar instrumento de compromisso de assistência técnica pelo qual o **Profissional Qualificado** deverá se comprometer a prestar à **Licitante** a assistência técnica necessária à execução do **Contrato**.

## MINUTA DE EDITAL

---

**14.18** Não é vedado ao **Profissional Qualificado** possuir vínculo com mais de uma **Licitante**.

**14.19** O vínculo do **Profissional Qualificado** poderá se dar com a matriz e/ou com filial da **Licitante**, sejam elas brasileiras ou estrangeiras.

**14.20** Os atestados referidos no documento B da Tabela VII e na subcláusula 14.12 deverão conter as seguintes informações:

- (i) objeto;
- (ii) características das atividades e serviços desenvolvidos;
- (iii) valor total do projeto/empreendimento;
- (iv) datas de início e de término da realização das atividades e serviços;
- (v) local da realização das atividades e serviços;
- (vi) razão social do emitente;
- (vii) nome e identificação do signatário; e
- (viii) quando o atestado tiver sido emitido em nome do **Consórcio**, datas de início e término da participação da empresa à qual estava vinculado o **Profissional Qualificado** no **Consórcio** e descrição das atividades exercidas pela empresa no **Consórcio**.

**14.21** A **Licitante** deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos:

Tabela VIII – Outros documentos
Documento

### MINUTA DE EDITAL

<b>A</b>	Declaração de compromisso de cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo constante do <b>Anexo [●]</b> .
<b>B</b>	Declaração de que a <b>Licitante</b> não se encontra em processo de (i) falência, (ii) autofalência, (iii) recuperação judicial ou extrajudicial, (iv) liquidação judicial ou extrajudicial, (v) insolvência, (vi) administração especial temporária ou (vii) intervenção, conforme modelo constante do <b>Anexo [●]</b> .
<b>C</b>	Declaração quanto à inexistência de fato impeditivo em participar do Leilão, conforme modelo constante do <b>Anexo [●]</b> .
<b>D</b>	Declaração de capacidade financeira constante do <b>Anexo [●]</b> ao <b>Edital</b> . A <b>Licitante</b> deverá declarar que dispõe ou tem capacidade de obter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de aporte de recursos próprios e obtenção de recursos de terceiros necessários à consecução do objeto da <b>Concessão</b> , inclusive a obrigação de integralização do capital social obrigatório e do capital social adicional da <b>SPE</b> , conforme definido e descrito no <b>Edital</b> e no <b>Contrato</b> em referência.
<b>E</b>	Minuta do estatuto social da <b>SPE</b> que deverá conter disposições que não sejam contrárias a este <b>Edital</b> e à <b>Minuta do Contrato</b> e seus <b>Anexos</b> respectivos.
<b>F</b>	Minuta de eventuais acordos entre os futuros acionistas da <b>SPE</b> .

**14.22** Todas as declarações acima devem ser apresentadas juntamente com documentos que comprovem os poderes dos signatários, sendo desnecessário o reconhecimento de firma do signatário.

**14.23** As **Licitantes** estrangeiras que não funcionem no país, tanto quanto possível, atenderão às exigências a serem cumpridas pelas **Licitantes** brasileiras mediante a apresentação de documentos

## MINUTA DE EDITAL

equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado e, adicionalmente, apresentarão os seguintes documentos:

<b>Tabela IX – Documentos adicionais relativos à qualificação jurídica das Licitantes estrangeiras</b>	
<b>Documento</b>	
<b>A</b>	Procuração outorgada ao representante legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, conforme modelo constante do <b>Anexo [●]</b> .

<b>Tabela X – Outros documentos relativos à qualificação das Licitantes estrangeiras</b>	
<b>Documento</b>	
<b>A</b>	Declaração de submissão à legislação da República Federativa do Brasil e de renúncia a qualquer reclamação por via diplomática, conforme modelo constante do <b>Anexo [●]</b> .

**14.24** As sociedades estrangeiras provenientes de Estados Signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 8.660/16, poderão substituir a necessidade de autenticação pelo respectivo consulado, referida no item 14.23 acima, pela aposição da apostila de que trata a referida Convenção, quando couber.

**14.24.1** A documentação e a respectiva apostila deverão ser traduzidas por tradutor juramentado e com firma reconhecida como verdadeira por notário público.

**14.25** As **Licitantes** estrangeiras poderão, para os fins de sua

## MINUTA DE EDITAL

---

qualificação, apresentar documentos de suas matrizes ou respectivas filiais que sejam equivalentes aos solicitados para qualificação de pessoas jurídicas brasileiras e que cumpram com os requisitos legais no país de constituição da **Licitante** estrangeira.

**14.26** Em caso de inexistência de documentos equivalentes nos respectivos países de origem aptos ao atendimento das exigências previstas neste tópico, ou de documentos para as respectivas filiais brasileiras, as **Licitantes** estrangeiras deverão apresentar:

- (i) declaração assinalando tal circunstância; e
- (ii) documento alternativo que, ainda que não equivalente, explique e atenda, o quanto possível, ao objetivo do documento exigido neste tópico, nos termos do item 14.27.

**14.27** É prerrogativa do **Poder Concedente** analisar e decidir sobre a validade dos documentos recebidos das **Licitantes** estrangeiras.

**14.28** Os balanços e demonstrativos de resultados apresentados deverão ser aqueles já exigíveis pela legislação e aprovados pela administração. Esses documentos deverão ser apresentados de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, tal como o IFRS (*International Financial Reporting Standards*), a fim de possibilitar a comparação das informações apresentadas por todas as **Licitantes**.

**14.29** Os documentos em língua estrangeira deverão ser apresentados com a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) como verdadeira(s) por notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, que deverá ser reconhecida por uma representação consular brasileira, se aplicável, devidamente

## MINUTA DE EDITAL

traduzidos ao português por tradutor público juramentado, sendo que as procurações deverão ser registradas em Cartório de Títulos e Documentos.

**14.30** A **Licitante** sob a forma de **Consórcio** deverá apresentar todos os documentos previstos nos itens anteriores deste tópico para cada uma das consorciadas, conforme o caso, observados os itens 8.6 e 8.8 do **Edital**.

**14.31** Adicionalmente aos documentos previstos nos itens acima, a **Licitante** deverá apresentar os seguintes documentos:

<b>Tabela XI – Documentos adicionais relativos à qualificação jurídica da Licitante</b>	
<b>Documento</b>	
<b>A</b>	<p><b>Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico</b>, contendo, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• denominação do <b>Consórcio</b>;</li> <li>• qualificação dos consorciados;</li> <li>• composição do <b>Consórcio</b>, respectivas participações dos integrantes e compromisso futuro quanto à participação de cada integrante na <b>SPE</b>;</li> <li>• objetivo do <b>Consórcio</b>;</li> <li>• indicação da empresa líder que será responsável pelos entendimentos que envolvam o <b>Consórcio</b> junto ao <b>Poder Concedente</b>, até a data da assinatura do <b>Contrato</b>; e</li> <li>• obrigação de responder solidariamente, nos termos da Lei, em todas as questões que concernem à <b>Licitação</b>, até a assinatura do <b>Contrato</b>.</li> </ul>

## 15 Comissão de Licitação

**15.1** A **Licitação** será julgada pela **Comissão Especial de Licitação**,

## MINUTA DE EDITAL

---

cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à realização da **Licitação**.

**15.1.1** A **Comissão de Especial Licitação** poderá solicitar auxílio da Procuradoria Geral do Estado do Pará, da **B3 S.A.**, da **ARCON**, bem como de outros membros da **Administração Pública** Estadual que não integrem tal Comissão.

**15.2** Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a **Comissão Especial de Licitação** poderá:

- I. solicitar às **Licitantes**, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados;
- II. adotar critérios de saneamento de falhas de caráter formal e complementação de insuficiências no curso da **Licitação**;
- III. promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução da **Licitação**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente nos documentos apresentados pela **Licitante**;
- IV. prorrogar os prazos de que trata o **Edital**, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior; e
- V. na hipótese de alteração que afete de forma inequívoca a elaboração das **Propostas de Preços**, alterar: (i) a data inicialmente prevista para entrega da **Garantia da Proposta**, da **Proposta de Preço** e dos **Documentos de Qualificação**, e; (ii) a data inicialmente prevista para a abertura dos envelopes e julgamento das propostas, respeitado o prazomínimo previsto na legislação aplicável.

**15.3** Qualquer alteração no **Edital** será comunicada no **DOE** e nos demais meios utilizados para disponibilização da documentação.

## MINUTA DE EDITAL

**15.3.1** Se, e somente se, a alteração afetar diretamente a formulação da **Proposta de Preço**, a oferta da **Garantia da Proposta** ou a obtenção dos **Documentos de Qualificação**, o **Edital** será republicado, de modo a assegurar aos interessados o prazo legal mínimo de 30 (trinta) dias para as adequadas formulação e apresentação de suas propostas.

**15.4** A recusa injustificada em fornecer esclarecimentos e documentos e em cumprir as exigências solicitadas pela **Comissão de Licitação**, nos prazos por ela determinados e de acordo com os termos deste **Edital**, poderá ensejar a desclassificação/inabilitação da **Licitante**, sem prejuízo do disposto no item 10.13.

## 16 Recebimento dos Envelopes e Sessão Pública do Leilão

**16.1** O recebimento dos envelopes e a **Sessão Pública do Leilão** seguirão a ordem de eventos e cronograma indicados abaixo:

Eventos	Descrição do Evento	Datas
1	Publicação do <b>Edital</b> - versão em português	[•] de [•] de 202[•]
2	Publicação do <b>Edital</b> - versão em inglês	[•] de [•] de 202[•]
3	Prazo para solicitação de esclarecimentos ao <b>Edital</b>	De [•] de [•] de 202[•] até às [•]:00 horas de [•] de [•] de 202[•]
4	Resposta aos esclarecimentos e atualização do valor da <b>Garantia da Proposta</b>	[•] de [•] de 202[•]
5	Termo final do prazo para impugnação ao <b>Edital</b>	[•] de [•] de 202[•]

### MINUTA DE EDITAL

6	Recebimento, pela <b>B3 S.A.</b> e pela <b>Comissão de Licitação</b> , de todas as vias dos Envelopes relativos a: (i) <b>Garantia da Proposta</b> ; (ii) <b>Proposta de Preço</b> ; e (iii) <b>Documentos de Qualificação</b> .	Data para recebimento dos Envelopes [●] de [●] de 202[●], das [●]:00 horas às [●]:00 horas
7	Publicação, no <b>Sítio do Poder Concedente</b> , [●], das <b>Garantias da Proposta</b> não aceitas e sua motivação.	[●] de [●] de 202[●], a partir das [●]:00 horas
8	<b>Sessão Pública do Leilão</b> a ser realizada na <b>B3 S.A.</b> . Abertura das <b>Propostas de Preço</b> das <b>Licitantes</b> cujas <b>Garantias da Proposta</b> tiverem sido aceitas.	<b>Sessão Pública do Leilão</b> [●] de [●] de 202[●], às [●]:00 horas
9	Publicação, no <b>Sítio do Poder Concedente</b> , [●], da ordem de classificação das <b>Propostas de Preço</b> e do <b>Lance</b> vencedor, se houver <b>Etapas de Lances</b> .	[●] de [●] de 202[●], a partir das [●]:00 horas
10	Abertura dos <b>Documentos de Qualificação</b> da Licitante classificada em primeiro lugar.	[●] de [●] de 202[●]
11	Publicação da Ata de Julgamento da <b>Licitação</b> , correndo-se dessa data o prazo para vistas e interposição de eventuais recursos acerca da decisão da <b>Comissão de Licitação</b> .	[●] de [●] de 202[●]
12	Finalização do prazo para vistas e interposição de recursos acerca da Ata de Julgamento da <b>Licitação</b> .	[●] de [●] de 202[●]
13	Abertura de prazo para impugnação aos recursos.	[●] de [●] de 202[●]
14	Finalização do prazo para impugnação aos recursos.	[●] de [●] de 202[●]
15	Publicação do julgamento dos recursos.	[●] de [●] de 202[●]
16	Homologação do Resultado da <b>Licitação</b> pelo <b>Poder Concedente</b> .	[●] de [●] de 202[●]
17	Comprovação de atendimento, pela <b>Licitante</b> vencedora, das condições prévias à assinatura do	Entre [●] de [●] de 202[●] e [●] de [●]

### MINUTA DE EDITAL

	<b>Contrato de Concessão</b> , conforme indicado no subitem 19.6.	de 202[●]
18	Publicação do Ato de Outorga.	[●] de [●] de 202[●]
19	Assinatura do <b>Contrato de Concessão</b> .	[●] de [●] de 202[●]

**16.2** As **Licitantes** classificadas serão aquelas cujas **Propostas de Preço** atendam à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e no **Edital**.

**16.2.1** Caso se verifique, previamente à abertura dos envelopes com a **Proposta de Preço**, que a **Garantia da Proposta** não atende aos valores mínimos exigidos no **Edital**, a **Licitante** será desclassificada e sua **Proposta de Preço** será descartada pela **Comissão de Licitação**.

**16.2.2** Na ocorrência da hipótese prevista no item 16.2.1, a divulgação das **Propostas de Preço** descartadas será realizada na mesma forma e prazo para divulgação das **Garantias de Proposta** não aceitas, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas no presente **Edital**.

**16.2.3** A **Comissão de Licitação** desclassificará a **Licitante** cuja **Proposta de Preço** não atenda à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e no **Edital** e, ainda, aquela cuja oferta esteja submetida a condição ou termo não previsto neste **Edital**.

**16.3** Iniciada a **Sessão Pública do Leilão**, proceder-se-á à abertura da **Proposta de Preço**.

**16.3.1** A classificação das propostas ocorrerá em ordem decrescente

## MINUTA DE EDITAL

---

de valor, sendo, portanto, a primeira colocada a **Proposta de Preço** com maior valor de **Outorga Fixa**.

**16.4** Caso haja **Licitante(s)** que tenha(m) apresentado **Proposta de Preço** em valor equivalente, ou até R\$ 9.962.000,00 (nove milhões, novecentos e sessenta e dois mil reais) inferior, ao da maior **Proposta de Preço** será processada fase de lances entre tal(ais) **Licitantes**.

**16.4.1** Caso não se atinja o número mínimo de 2 (dois) **Licitantes** para a fase de lances com a utilização do critério previsto neste item, será declarada como vencedora a **Licitante** que até então tiver apresentado a maior **Proposta de Preço**.

**16.5** Se configurada a hipótese prevista no item 16.4, terá início a fase de lances, com o oferecimento de lances sucessivos, conforme disposto no **Manual de Procedimentos da B3**.

**16.6** O diretor da sessão poderá fixar um tempo máximo entre os lances.

**16.7** Cada lance deverá superar o valor ofertado pela própria **Licitante**, considerando ainda que:

**16.7.1** deverá respeitar o intervalo mínimo entre os lances a ser estabelecido pelo diretor da sessão; e

**16.7.2** deverá alterar a classificação da(s) **Licitante(s)** na **Licitação**.

**16.8** Se nenhum **Licitante** se manifestar no prazo assinalado pelo diretor da sessão para a oferta de novos lances, será declarada vencedora da **Licitação** a **Licitante** que houver ofertado o melhor lance até então.

**16.9** Caso seja aberta a etapa de lances e não haja oferecimento de qualquer

## MINUTA DE EDITAL

---

lance, será declarada vencedora a **Licitante** titular da **Proposta de Preço** de maior valor.

**16.10** Caso processada a fase de lances, as **Licitantes** que tiverem ofertado lances deverão ratificar a sua proposta, conforme modelo constante no ANEXO [●], que poderá ser assinada pelo **Representante Credenciado**.

### **17 Análise dos Documentos de Qualificação**

**17.1** A **Comissão de Licitação** abrirá o volume dos **Documentos de Qualificação** apenas da **Licitante** que se classificar em primeiro lugar na **Sessão Pública do Leilão**.

**17.2** Caso ocorra a inabilitação da **Licitante** declarada vencedora, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa, será declarada vencedora da **Licitação** a **Licitante** classificada em segundo lugar.

**17.3** A inabilitação da **Licitante** que tenha sido considerada vencedora implicará:

**17.3.1** na abertura dos **Documentos de Qualificação** da **Licitante** que tenha sido classificada em segundo lugar, nos termos do item 17.2, e assim sucessivamente até que uma **Licitante** cumpra com os requisitos da habilitação, caso em que será considerada vencedora; e

**17.3.2** em havendo fraude, na fixação de multa equivalente ao valor da **Garantia da Proposta** e na execução integral da sua **Garantia da Proposta**.

**17.4** A inabilitação de todas as **Licitantes** torna sem efeito a **Licitação**.

## MINUTA DE EDITAL

---

### 18 Recursos Administrativos

**18.1** As **Licitantes** que participarem da **Licitação** poderão recorrer da decisão sobre a classificação da **Proposta de Preço** e da análise dos **Documentos de Qualificação** da **Licitante** vencedora.

**18.1.1** O recurso deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação da decisão, conforme determinado no item 18.1 acima.

**18.1.2** O recurso interposto será comunicado às demais **Licitantes**, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**18.1.3** Os recursos e as impugnações aos recursos deverão ser dirigidos ao **Poder Concedente**, por intermédio do presidente da **Comissão Especial de Licitação**, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou encaminhá-los à alçada competente.

**18.2** Os recursos somente serão admitidos quando subscritos por representante(s) legal(is), **Representantes Credenciados**, procurador com poderes específicos ou pessoa substabelecida em tais poderes específicos, desde que instruídos com demonstração dos poderes, devendo ser protocolados no endereço da sede da **SETRAN**, localizada na [●], no horário de [●]:00 horas às [●]:00 horas (horário do Pará), e identificados como segue:

#### RECURSO ADMINISTRATIVO

EDITAL DE CONCESSÃO N° [●]/202[●] - CONCESSÃO DAS  
RODOVIAS DO PARÁ

À Comissão de Licitação

## MINUTA DE EDITAL

---

**18.3** Os recursos interpostos fora do prazo e do horário ou em local diferente do indicado não serão conhecidos.

**18.4** Concluído o julgamento dos eventuais recursos, o resultado será divulgado no **Sítio do Poder Concedente, [●]**, e publicado no **DOE**.

**18.5** O acolhimento do recurso interposto importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**18.6** A divulgação da **Licitante** vencedora será realizada por meio de aviso a ser publicado no **DOE** e no **Sítio do Poder Concedente, [●]**.

## **19 Homologação, Adjudicação e Assinatura do Contrato**

**19.1** Publicado o resultado do certame e transcorrido o prazo recursal do objeto licitado, a **Licitante** declarada vencedora será notificada para apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, e como condição de **Homologação** do certame, o seu **Plano de Negócios** elaborado conforme **Anexo [●] – Diretrizes Para Elaboração do Plano de Negócios**, do **Edital** e compatível com a proposta apresentada e declarada como vencedora.

**19.1.1** O **Plano de Negócios** deverá ser acompanhado de:

- I. Declaração da **Licitante** vencedora de que se compromete a efetuar todos os investimentos e demais intervenções necessárias para permitir a Operação, Gestão, Manutenção, Ampliação e Melhorias do **Sistema Rodoviário**, bem como se compromete a arcar com as despesas, ônus, encargos, dispêndios e obrigações

## MINUTA DE EDITAL

---

pecuniárias;

- II. Carta de instituição ou entidade financeira, declarando que analisou o **Plano de Negócios**, atestando sua viabilidade e exequibilidade;
- III. Carta de empresa de auditoria independente, registrada no Conselho Regional de Contabilidade, declarando que analisou as projeções, estudos e levantamentos realizados pela **Licitante** para lastrear a **Proposta de Preço** ofertada, atestando a sua adequabilidade, sob os aspectos contábil e tributário.

**19.2** A instituição ou entidade financeira mencionada no item 19.1.1III deverá atender aos seguintes requisitos:

**19.2.1** Ser nacional;

**19.2.2** Ter seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil;

**19.2.3** Não ser **Licitante**, nem Controladora, Controlada ou coligada da **Licitante**, nem controladora, controlada, coligada ou entidade sob controle comum da **Licitante**; e

**19.2.4** Não estar submetida a liquidação, intervenção ou Regime Especial de Administração Temporária – RAET ou regime equivalente.

**19.3** Apresentado o **Plano de Negócios** nos termos do item 19.1 e realizada a verificação formal do cumprimento dos requisitos pela **Comissão de Licitação**, o processo licitatório será submetido ao Secretário Estadual de Estado de Transportes para sua homologação e adjudicação de seu objeto.

**19.3.1** O ato de homologação da licitação, de adjudicação do objeto e de convocação da **Adjudicatária** para cumprimento das exigências pré-contratuais será publicado no **DOE**.

## MINUTA DE EDITAL

---

- 19.4** O **Contrato** resultante da presente **Licitação** será celebrado entre o **Poder Concedente** e a **SPE** constituída pela **Adjudicatária**, com a anuência e interveniência da **ARCON**.
- 19.5** A **Adjudicatária** será convocada, mediante publicação no **DOE**, para adotar as medidas necessárias à assinatura do **Contrato**, em até 30 (trinta) dias, prorrogáveis a critério do **Poder Concedente**.
- 19.6** Em até 07 (sete) dias úteis anteriores à data prevista para assinatura do **Contrato**, como condição para a assinatura do **Contrato**, a **Adjudicatária** deverá apresentar ao **Poder Concedente**:
- I.** **Garantia de Execução do Contrato**, nos termos da Cláusula [•] da **Minuta do Contrato**;
  - II.** prova de **Constituição da SPE**, com a correspondente certidão do registro empresarial competente, bem como o respectivo comprovante de inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, ou, na hipótese de Proponente individual, prova de constituição de subsidiária integral ou *holding* na forma de sociedade por ações;
  - III.** prova de integralização do capital social da **SPE**, de no mínimo, R\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais), considerada atualização pelo IPCA, *pro rata die*, considerando como data base a data de apresentação do Envelope contendo a **Proposta de Preço**.
  - IV.** minuta do estatuto social da **SPE** que não deverá conter disposições que sejam contrárias a este **Edital** e à minuta do **Contrato** e seus respectivos **Anexos, sendo que**:
    - a) o exercício financeiro da **SPE** deverá coincidir com o ano civil;
    - b) a **SPE** não poderá, durante o **Prazo da Concessão**,

## MINUTA DE EDITAL

---

transferir o controle da sociedade sem prévia e expressa autorização do **Poder Concedente**;

- V. apólices de seguro, nos termos da Cláusula [●] da **Minuta do Contrato**;
- VI. Ressarcimento de gastos com terceiros, referentes ao pagamento de todas as despesas desembolsadas pelo **Poder Concedente com os estudos do projeto**, até a data de emissão do documento de cobrança referente a esta obrigação, corrigidas, *pro rata die*, a partir da data de cada desembolso realizado pelo **Poder Concedente**, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – **IPCA**, até a data do último **IPCA** disponível na ocasião da emissão da cobrança;
- VII. comprovação de recolhimento da remuneração à **B3 S.A.**, correspondente a [●], pela **Adjudicatária**, atualizável pelo IPCA/IBGE após o período de 1 (um) ano, contado da data base de [●];
- VIII. descrição da estrutura acionária e de gestão considerada para a **SPE**, contendo:
  - a) descrição dos tipos de ações;
  - b) identificação dos acionistas e suas respectivas participações por tipo de ação;
  - c) indicação da composição societária da **Concessionária**, conforme aplicável, e de suas **Controladoras**, conforme definido na Minuta do **Contrato**, até o nível das pessoas físicas. Caso a **Controladora** da **SPE** seja fundo de participação em investimentos, o atendimento do presente item deverá considerar a existência de cotistas majoritários, ou de Órgão e respectivos membros, com poder de influência para alterar o estatuto do fundo, detentores dos poderes análogos àqueles referidos na Lei nº 6.404/76, para fins de identificação do controlador;

## MINUTA DE EDITAL

---

- d) cópia dos acordos de acionistas da **SPE**, quando aplicável;
- e) identificação dos administradores, incluindo seus respectivos currículos;
- f) compromisso com princípios de governança corporativa na gestão da **SPE**, conforme regulamentação específica;
- g) identificação das **Partes Relacionadas**, conforme definido na **Minuta do Contrato**, exceto para os fundos de investimentos;

- IX. ratificação de vínculo entre os Profissionais Qualificados e a **Licitante**, nos termos do item 14.14.1;
- X. apresentação do Plano de Transição Operacional, conforme regulamentação do **Anexo [•]**;
- XI. termo de integridade devidamente assinado, nos termos do **Anexo [•]**;
- XII. comprovante de pagamento do valor da **Outorga Fixa**; devidamente atualizado pelo IPCA, *pro rata die*, considerando como data base a data de apresentação da **Proposta de Preço**;

**19.7** A **SPE** deverá ter sede e foro no Estado do Pará.

**19.8** Por conta e risco da Adjudicatária, mesmo antes da assinatura do **Contrato**, o **Poder Concedente** poderá autorizar o acesso ao **Sistema Rodoviário**, bem como às informações do **Sistema Rodoviário** para o início da elaboração de seu planejamento.

**19.9** Cumpridas as exigências constantes do item 19.6, a **SPE** será convocada pelo **Poder Concedente** para assinatura do **Contrato**.

**19.10** O prazo previsto no item 19.5 e o prazo para assinatura do **Contrato** poderão ser prorrogados, por igual período, se solicitado durante o seu transcurso pela **Licitante** vencedora e desde que decorra de motivo

## MINUTA DE EDITAL

---

justificado e aceito pelo **Poder Concedente**.

**19.10.1** Se a **SPE**, ou qualquer de seus acionistas, regularmente convocados a assinar o **Contrato**, dentro do prazo de validade de sua **Proposta de Preço**, recusarem-se a fazê-lo, o **Poder Concedente**, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa, aplicará multa correspondente ao valor integral da **Garantia da Proposta** e executará, imediatamente, o total da **Garantia da Proposta** apresentada pela **Licitante** vencedora, não ficando, todavia, a **SPE** ou qualquer de seus acionistas isentos da obrigação de pagamento de (i) outras multas e (ii) indenização das perdas e danos da Administração Pública, caso o valor da **Garantia da Proposta** não seja suficiente para o cumprimento de tais pagamentos. A mesma multa será aplicável caso as exigências prévias à assinatura do **Contrato** não sejam cumpridas.

**19.10.2** Além do disposto no subitem anterior, a recusa em assinar o **Contrato**, sem justificativa aceita pelo **Poder Concedente**, dentro do prazo estabelecido, acarretará à **Adjudicatária** individual, ou, no caso de **Consórcio**, a todos os consorciados, a advertência, o impedimento de licitar e de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou para contratar, na forma da Lei.

**19.11** Havendo recusa em assinar o **Contrato** no prazo e nas condições estabelecidos, recusa em constituir a **Garantia de Execução do Contrato** ou ocorrendo o não cumprimento de qualquer das exigências preliminares à sua assinatura, é facultado ao **Poder Concedente** convocar as **Licitantes** remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições que foram apresentadas pela

## MINUTA DE EDITAL

---

**Licitante** vencedora, seguindo o disposto nos itens 17.2 e 17.3 ou revogar a **Licitação** total ou parcialmente, sem prejuízo das sanções administrativas e civis cabíveis.

- 19.12** Sem prejuízo do disposto no subitem acima, a **Licitação** somente poderá ser revogada pelo **Poder Concedente**, mediante proposta da **Comissão Especial de Licitação**, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal revogação.
- 19.13** O **Poder Concedente**, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular a **Licitação** se verificada qualquer ilegalidade que não possa ser sanada.
- 19.14** A nulidade da **Licitação** implica a nulidade do **Contrato**, não gerando obrigação de indenizar por parte do **Poder Concedente** caso ocorra previamente à **Data de Assunção**.
- 19.15** O **Poder Concedente** poderá, a qualquer tempo, adiar as etapas da **Licitação**, nos termos da legislação aplicável, sem que caiba às **Licitantes** direito a indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título.
- 19.16** Na hipótese de o **Poder Concedente** vir a tomar conhecimento, após a fase de Qualificação, de que qualquer **Documento de Qualificação** apresentado por uma **Licitante** era falso ou inválido à época da apresentação dos **Documentos de Qualificação**, poderá desclassificá-la, sem que a esta caiba direito a indenização ou reembolso de despesas a qualquer título, sem prejuízo de indenização ao **Poder Concedente** e da aplicação das penalidades cabíveis.

## MINUTA DE EDITAL

---

**19.17** A **Licitante** obriga-se a comunicar ao **Poder Concedente**, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que seja impeditivo das condições de qualificação, imediatamente após sua ocorrência.

**19.18** Sem nenhum tipo de comunicação adicional, serão inutilizados todos os volumes das **Garantias da Proposta** e dos **Documentos de Qualificação** que não forem retiradas pelas **Licitantes** não vencedoras no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do **Contrato**.

**19.19** A **Concessionária** estará sempre vinculada ao disposto no **Contrato**, no **Edital**, na documentação por ela apresentada e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação e regulamentação brasileiras, em tudo relacionado à **Concessão**.

## 20 Disposições Finais

**20.1** As normas disciplinadoras desta **Licitação** serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as **Licitantes**, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.2** Em caso de divergência, os termos, disposições e condições do **Edital** prevalecem sobre as disposições dos **Anexos**.

**20.3** No interesse do **Poder Concedente**, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, a **Comissão de Licitação** poderá:

**20.3.1** adiar a **Data de Entrega dos Envelopes** e a **Sessão Pública do Leilão**; e/ou

## MINUTA DE EDITAL

---

**20.3.2** alterar o **Edital**, com fixação de novo prazo, nos termos da legislação específica, para a realização da **Licitação**; e/ou

**20.3.3** marcar **Sessão**, caso entenda pertinente para que se possa proceder a uma avaliação mais detida e minuciosa de todos os documentos recebidos.

**20.4** A qualquer tempo, a **Comissão de Licitação** poderá, de acordo com a fase da **Licitação** e a análise realizada de acordo com o caso concreto, desclassificar ou inabilitar a **Licitante**, sem que a esta caiba direito a indenização ou reembolso de despesa a qualquer título, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade ou comprometa sua capacidade financeira, técnica, de produção ou administrativa.

## 21 Foro

**21.1** Fica desde já eleito o Foro da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente **Edital**.